



MANUAIS ESCOLARES: UM TEMPO HISTÓRICO ENTRE AS *LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL* DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO (1863) E LUÍS DE QUEIRÓS MATTOSO MAIA (1880)

ELVIS HAHN RODRIGUES*

O objetivo do presente artigo é apresentar resultados preliminares de nossa pesquisa intitulada “Um tempo histórico nas narrativas de História do Brasil (1863-1933)”, cujo tema se debruça sobre os manuais escolares de História do Brasil publicados entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A problemática de nosso trabalho consiste em investigar, que matrizes de pensamento permeiam a representação da nacionalidade nas narrativas de História do Brasil. Nesse sentido, elencamos como fontes de análise as obras *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo publicado em 1863, *Lições de História do Brasil* de Luís de Queirós Mattoso Maia publicado em 1880, *História do Brasil* de João Ribeiro publicado em 1901 e *Epítome de História do Brasil* de Jonatas Serrano publicado em 1933.

Tais livros de História do Brasil tiveram relevância no ensino de história, em suas respectivas épocas; especialmente, porque foram utilizadas no principal instituto de instrução secundária no país, o Colégio Pedro II. Por meio de análises hermenêuticas, nosso objetivo é elaborar uma ideia de tempo histórico sobre as narrativas de história do Brasil, problematizar as representações da nação brasileira, seus discursos, suas permanências, deslocamentos e rupturas ao longo de nossa delimitação temática (1863-1933).

Nossa delimitação temporal, primeiramente, se justifica pelo surgimento das ideias eugênicas na Europa, em meados do século XIX, o termo raça ganhava relevância na representação de uma nação, e a sua contemporaneidade com as publicações dos manuais escolares de História do Brasil em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, a partir dos anos de 1920, as ideias eugênicas e raciais entram em o desuso como modelo explicativa para o estado social da nação brasileira. Assim, apresentamos as permanências, os deslocamentos e as rupturas desses discursos.

*Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A partir dessa breve apresentação de nosso projeto de pesquisa, o objetivo de nosso artigo é trazer reflexões sobre a ideia de tempo histórico, a partir da obra *Tempo e Narrativa* de Paul Ricoeur e como ela pode ser um modelo interpretativo para a compreensão dos manuais didáticos *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo publicada em 1863 e a obra de mesmo nome, mas de autoria de Joaquim Mattoso Maia, lançada em 1880.

Dessa forma, atingimos dois objetivos, o primeiro de formular uma ideia de tempo histórico das matrizes de pensamentos que representam a nação brasileira; e apresentar as permanências e mudanças na representação da nação nas obras de Macedo (1863) e Mattoso Maia (1880).

A temporalidade histórica problematizada por Paul Ricoeur tratada definição da ideia de tempo e suas consequências a formulação conceitual daquilo que buscamos entender como tempo histórico, em nosso caso, as ideias. O tempo histórico é definido pelo seu tempo objetivo, diz respeito a experiência humana, chamado de tempo vulgar. Uma definição como contraponto ao tempo mítico, que se tornou a base racional na organização do calendário, por meio de festas e ritos que simbolizam passagens de um momento para outro. Os rastros deixados pela experiência humana contribuem para a reflexão histórica do tempo, eles têm, o que Ricoeur denomina de “papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal”.

O tempo do calendário na visão do autor constituiu-se num terceiro tempo. Sua base está no tempo mítico, múltiplo, conjunto de marcos que “instauram no plano prático, entre a ordem do mundo e da ação ordinária.” Para Ricoeur, a elaboração de um calendário possui a função de objetivar o tempo, construir a ideia de pertença social (RICOEUR, 1997, p. 182). A partir dele, se cria a referência entre o passado, presente e o futuro, é o que ele chama de socialização do tempo. Nesse sentido, as unidades de medida do tempo, no qual, a astronomia tem papel especial em naturalizar a construção cultural de um calendário, um dia (movimento de rotação), uma semana (uma fase da lua), um mês (um ciclo de todas as fases da lua) e um ano (movimento de translação).

Desse modo, o tempo histórico é a transposição cósmica desses fenômenos físicos em fenômenos históricos. É a conformação do tempo psicológico, que nos dá a dimensão do passado, presente e futuro. A partir dessa fluída definição filosófica de tempo histórico, Ricoeur parte para



a definição da ideia de gerações, no qual, oscila entre os conceitos cronológicos e a definição de pertencimento ao conjunto de ideias entre sujeitos, que partilham de forma interior e exterior das mesmas influências e ideias. Isso criaria uma continuidade entre as gerações entre predecessores e sucessores. Assim, cabe nos compreender esse encadeamento de gerações, dar significância histórica, esclarecendo permanências, deslocamentos e rupturas, que tornam um tempo histórico distinto do outro, no caso de nosso trabalho, as ideias e a intelectualidade. O nosso desafio é construir um tempo histórico para além de marcos políticos e cronológicos, problematizando os argumentos a cada geração em sua representação da nacionalidade brasileira.

A partir de noções iniciais sobre o tempo histórico cabem algumas considerações sobre as fontes elencadas para esse artigo preliminar. O primeiro deles, *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo publicado em 1861 é um marco no ensino secundário brasileiro por ser uma obra genuinamente nacional e exclusivamente destinada ao ensino científico do Colégio Pedro II, onde era professor de História.

A obra gozava do apoio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável pela elaboração da memória nacional, onde era sócio, secretário e orador. Foi ainda, deputado pelo Partido Liberal. Esse manual foi concebido a partir das linhas mestras da *História Geral do Brasil* de Adolfo Varnhagen¹. A historiografia (MELO, 2008) considera a obra destinada a conformação do súdito da Coroa e ainda, expressão da centralidade monárquica e imperial.

Nossa segunda fonte, *Lições de História do Brasil* de Luís de Queirós Mattoso Maia publicado em 1880, foi outro manual utilizado pelo Colégio Pedro II, a partir de 1882. Seu autor ingressara no Colégio em 1879 como professor de História Geral. À rigor, a obra pouco se difere das linhas mestras formuladas por Macedo/Varnhagen. Entretanto, nos apresentas as divergências existentes sobre as datas e eventos importantes da história brasileira, neste sentido, é mais denso

¹O modelo constituído por Varnhagen na obra *História Geral do Brasil*, em termos mais sucintos, pode ser explicado da seguinte forma: a colonização brasileira é fruto da mão civilizada e colonizadora do europeu e branco. Isto implica em definir o branco como portador de todo o conjunto simbólico da civilização ocidental europeia. O indígena, apesar dos bons instintos, não é dotado de civilização, mas pode ser potencializado, se for educado conforme a tradição e os bons costumes. O negro, por outro lado, não tem essa capacidade regeneradora em direção a civilização, fadado à submissão as raças superiores. A contribuição destes elementos para o Brasil resulta das relações de superioridade hierárquica entre os brancos, indígenas e negros. (Ver mais em: Varnhagen, 1956 e Schwarcz, 1993).



que Macedo. O livro é fruto das aulas ministradas, com uma linguagem oral, de um professor que transformou as suas apostilas em livro (GASPARELLO, 2004).

A historiografia consagra a obra *Lições de História* de Macedo como expressão da centralidade e estabilidade da monarquia, para a formação do súdito. Esse significado histórico a respeito das *Lições* de Macedo são atribuídos pela sua condição dentro da boa sociedade imperial; afinal fizera parte da elite intelectual da corte imperial, foi membro do IHGB, como secretário e orador da confraria; foi preceptor dos filhos de Dom Pedro II. A partir dessa historiografia, propomos, ao longo do desenvolvimento de nossa tese, o desenvolvimento de uma temporalidade histórica através da análise dos argumentos presentes nos manuais, e a partir das matrizes. Assim, apresentamos leituras preliminares sobre as *Lições* de Macedo.

O autor de *Moreninha* coloca a Monarquia como fato natural, oriunda das tradições e costumes do povo, desde o descobrimento, que se pautou por governos dinásticos, e também, como vontade divina sobre os destinos do país. A legitimidade da monarquia estaria na não ruptura do controle político com a independência, o que permitia o laço fraternal entre os dois povos (Portugal e Brasil). A dinastia dos Bragança apenas cumpria (em 1861) o desejo do povo e da nação em manter a unidade territorial, que se construiu pela língua, religião cristã católica e pela luta contra os invasores externos. O que chama a atenção é a leitura teológica sobre a história, no qual fatos e estruturas foram resultados da vontade divina sobre os destinos da nação brasileira que se conformou com a colonização portuguesa.

Assim, o sentido da nação brasileira construída por Macedo está restrito à civilização branca, católica e portuguesa, que seria o legado que a nação independente e monárquica recebeu e se acomodou com a tradição do povo aqui constituído e ungido pela vontade divina. A questão das raças, defendidos por Von Martius, e apesar dos elogios a Martius; Macedo segue na esteira de Varnhagen, inclusive no tom encomiástico próprio ao historiador oficial da Monarquia, no que tange ao reconhecimento da mão branca civilizadora, em detrimento dos africanos e autóctones.

Dessa forma, Joaquim M. Macedo compõe sua história tendo como centro os reis e príncipes e, em alguns casos, subalternos mais ilustres que deixaram suas marcas na expansão e consolidação do império português. O Brasil independente, assim, é uma continuação autônoma, sem dúvida, da civilização portuguesa. O tratamento dado a questões como a escravidão africana,



a independência do Brasil, as sedições no período colonial, é marcado pela contenção, sem esboçar qualquer conflito com a Coroa.

A linguagem utilizada pelo autor para construir a sua narrativa tem certa simplicidade, quer dizer, adaptada aos alunos do ensino secundário, entre quarto e sétimo ano, em geral utiliza outros livros como fontes. Utiliza, ainda, quadros sinóticos (com referência a datas, nomes e fatos), as lições ao final de cada capítulo. Em suma, possui tais elementos como estratégia pedagógica, que conferem o aprendizado do conteúdo.

No contexto em que Macedo produziu sua obra, a história do Brasil, ainda estava por se fazer; embora tivesse o peso e o respaldo de uma instituição como o IHGB, o instituto ainda estava desenvolvendo uma historiografia, que só se tornaria mais sofisticada ao final do século XIX. Outro ponto a destacar é o momento histórico da publicação das *Lições* de Macedo foi incentivo por parte do governo em produzir e imprimir livros de história que fosse utilizados no Colégio Pedro II e, por consequência, nos Liceus estaduais. Dessa maneira, os professores dessa instituição se tornavam, também, autores de livros didáticos e assim, conformavam, o que Gasparello (2004) assinala como historiografia imperial, afinal, contava com apoio financeiro e institucional do Império.

O IHGB era o lugar de produção da memória nacional, o lugar do discurso oficial, formado e frequentado pela elite intelectual e palaciana do regime imperial. Durante a monarquia, a maioria era formada em Coimbra e alguns foram professores do Colégio Pedro II. Nesse sentido, a memória construída defendia a monarquia dos Braganças, como continuadora da obra civilizatória nos trópicos. Tal mote era uma das linhas mestras do Adolfo Varnhagem em sua *História Geral do Brasil*.

Por essa razão, as *Lições* apenas sintetiza a obra mestra - *História Geral*, de Varnhagen. Contudo, em aspectos como a chegada da Família Real e a Independência, Macedo tem certa autonomia em relação à obra de Varnhagen, com reflexões próprias e distintas, afinal, também fora uma testemunha desses episódios históricos.

Luís de Queirós Mattoso Maia formou-se em medicina, a exemplo de Macedo, e tornou-se professor de História Universal no internato do Colégio Pedro II. Nessa nova condição,



tornou-se autor de livros didáticos. Assim, Maia escreveu outra *Lições de História do Brasil*, de 1880, e manteve as linhas interpretativas da história enunciadas por Manuel de Macedo,

Para o ensino de história, isso significou uma continuidade em relação aos paradigmas assinalados por Macedo/Varnhagen sobre as representações históricas da história do Brasil. Entretanto, nos apresenta as divergências existentes sobre datas e eventos importantes da história brasileira, neste sentido, é mais denso que Macedo.

Maia se distancia de Macedo na questão indígena, seja por divergência ou por evolução dos estudos etnográficos no Brasil, Maia apresenta-nos os indígenas, com certo grau de civilização, e que seu contato com o branco civilizador, acelerou aos indígenas o progresso a civilização. O contato com os jesuítas foi positivo, que os auxiliou na vereda da civilização, ao contrário de Macedo, que nãoapresenta positivamente os jesuítas. E Maia, ao contrário de Macedo, vê negativamente a expulsão dos mesmos, na ocasião do ministro Pombal em 1759. De outro modo, concebe os jesuítas como importantes elementos da formação moral da colonização portuguesa.

Em relação à linguagem, quando comparado as *Lições* de Macedo é mais simples, tem um caráter oral, resultado da transformação de suas apostilas de aula em livro. Dessa maneira, o livro didático ganhava contornos próprios para aprendizagem, o aquilo que lhe configuraria no futuro, o aluno como centro do processo de aprendizagem.

Uma de nossas unidades de análise, que conformam a nação brasileira, a ideia de raça, não está expressa nos dois principais manuais de história usados durante o Império. Ou melhor, estão colocadas num sentido eurocêntrico, compreendendo os europeus como os verdadeiros portadores da civilização e da cristandade. Nesse sentido, as outras raças (negras e vermelhas) por não serem portadoras desse espírito civilizatório não foram compreendidas como instituintes da nação brasileira, pela menos a nação imperial.

Assim, questões de ordem biológica, sobre a conformação do caráter do povo brasileiro não são colocadas como determinantes no estado social e biológico da nação. Dessa maneira, a historiografia imperial não desenvolvia as causas de tal inferioridade dos negros e índios, são apenas silenciados. As razões de caráter científico, como modelos explicativos da condição dos negros e dos índios estariam presentes no principal manual de História do Brasil do período

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

republicano, *História do Brasil* de João Ribeiro. Cabe salientar, que a obra, nesse sentido, expressava parte do debate intelectual da época sobre o que era ou deveria ser a nação brasileira.

A partir de nossas análises preliminares, percebemos mais permanências na construção dos discursos sobre a representação da nação brasileira, a começar pela manutenção das linhas mestras da história do Brasil enunciadas por Varnhagen/Macedo. Trata-se de um tempo histórico marcado por uma representação que se restringe a obra civilizadora portuguesa, da ação histórica, dos protagonistas do processo político, econômico e social, como as dinastias e chefes militares. Porém, ressaltamos que cabe mais reflexões e aprofundamentos sobre as narrativas de história do Brasil do século XIX.

Compreendemos, por meio de nossas análises, que essas matrizes de pensamento sobre a raça não são um fim em si mesma, ainda que, entrincheiradas no meio intelectual, elas extrapolam para além desses debates. Elas são influências para os agentes políticos, em suas ações e decisões políticas. Nosso trabalho procura demonstrar como as ideias fazem parte da realidade como sujeitos ativos, com grande capacidade de interferir sobre o processo histórico. Não são apenas abstrações que vagam no mundo dos intelectuais, elas também são objeto de ação social e política.



Fontes Primárias:

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1863.

MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História do Brazil proferidas no Internato do Colégio Imperial Pedro II*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior; Typ. Editor, s/d.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

Bibliografia:

BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.

GASPARELLO, Arlette de Medeiros. In: *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.



HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. 2000. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA.

KOSELLECK, Reinhart. *O futuro passado: contribuição semântica aos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2007.

LAVILLE, Christian. *Guerra das narrativas. Debates, ilusões em trono do ensino de História*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, n°38, p.125-138, 1999.

MATTOS, Selma Rinaldi. *Para formar os brasileiros. O compendio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/USP, 2007.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da História e do Esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo II. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Elvis Hahn. *Entre as raças e o território: os projetos de nação na História do Brasil de João Ribeiro*. Juiz de Fora, (dissertação de mestrado em Educação), FAGED/UFJF, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.